

fonte:

IB

class.:

35

data:

28/02/95

pg.:

5

Brasil enfrenta retrocesso ambiental

■ Há três anos país não cria nenhuma unidade de conservação de proteção integral

RONALDO BRASILIENSE

O Brasil enfrenta um visível retrocesso na área ambiental. Há quase três anos não é criada no país nenhuma unidade de conservação de proteção integral. A última foi implantada pelo ex-presidente Fernando Collor, o Parque Nacional da Serra Geral, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 20 de maio de 1992, às vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). O governo Itamar Franco, ao contrário, extinguiu três reservas extrativistas.

Em relação a outros países da América Latina e até da Europa, as áreas de conservação ambiental brasileira são poucas: enquanto o Brasil tem 1,8% de seu território sob proteção integral, com parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas, a vizinha Venezuela tem 15,1% de seu território protegido, a Colômbia

tem 7,9% e o Paraguai 2,8%. Até mesmo países de pequena dimensão como a Noruega (12%), Holanda (5,5%) e Japão (3,5%) têm mais áreas de seus territórios protegidas que o Brasil.

A conclusão é da organização não governamental WWF, o Fundo Mundial para a Natureza, que critica o descaso brasileiro também com a regularização das unidades de conservação do país.

Revisão — Das 78 unidades de proteção integral administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), apenas 20 possuem planos de manejo e, desses, 18 necessitam ser revistos pois tiveram seus prazos de validade vencidos.

“Existem 2,1 milhões de hectares de terras privadas dentro de unidades de proteção integral que ainda não foram desapropriadas”, aponta relatório do WWF entregue ao ministro do Meio

Ambiente, Gustavo Krause. O dossiê critica o orçamento de 1995 proposto por seu Ministério, que não prevê nenhum recurso para regularização fundiária das unidades de conservação. “O rápido processo de ocupação do território brasileiro e a ausência de uma política de criação de unidades de conservação comprometem a possibilidade de protegermos ecossistemas muito importantes para o país”, afirma o biólogo Eduardo Martins, ex-presidente do Ibama, diretor-executivo do WWF no Brasil.

Além de não criar novas unidades de conservação, o governo brasileiro tem negligenciado ecossistemas importantes, como a Mata Atlântica e o Cerrado. Segundo o WWF, a Mata Atlântica apresenta atualmente a situação mais dramática: apenas 0,5% de sua área original está resguardada por unidades de proteção integral. Em todo o

país, 80% dos remanescentes de Mata Atlântica estão nas mãos de proprietários privados.

No caso do cerrado, a proteção integral atinge apenas 1,5% do seu ecossistema, enquanto a média mundial das savanas — o cerrado é um tipo de savana — chega a 4,6%. “Estima-se que 63% do cerrado brasileiro ainda esteja em estado natural, mas essa realidade está se transformando rapidamente”, aponta o WWF, mostrando que 3 milhões de hectares são convertidos anualmente para atividades agropecuárias.

Incentivo — “O governo federal precisa encontrar novos mecanismos para incentivar a criação de áreas protegidas”, pondera Eduardo Martins, lembrando o caso do Paraná, onde foi criado o ICMS ecológico, que destina um percentual da arrecadação estadual para os municípios que possuem áreas protegidas.